



**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos sociais e participação social)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP): A contribuição do trabalho social na construção da sociabilidade coletiva

Cleonice Dias dos Santos Hein (1)

(1) Discente do Programa de Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Mestra em Serviço Social pela PUC/SP. Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Bolsista CNPq. Brasil. E-mail: kewzinha1@gmail.com

Rafael Rodrigues Simões (2)

(2) Aluno ouvinte do Programa de Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Bacharel em Serviço Social pela Uniderp. Brasil. E-mail: Rafael.as@gmail.com

Resumo: *Objetiva-se apresentar reflexões acerca d o trabalho social na contribuição a construção da sociabilidade, a partir das experiências na organização coletiva da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e das narrativas de Leila Bomfim (35 anos) e Valter Silva (36 anos). No primeiro momento busca-se apresentar reflexões acerca de como as ideologias burguesas presentes na sociedade, expressas nas relações de trabalho e na construção das cidades brasileiras, contribuem à cultura do individualismo. No segundo momento busca-se indicar as trajetórias dos sujeitos históricos, que compõe as trajetórias de formação desigual das cidades. Por fim, busca-se apresentar como o trabalho social da assessoria Ambiente Arquitetura, realizado pelo assistente social que pode contribuir à formação política dos participantes; estimular o pensamento crítico e estimular ações coletivas, desconstruindo a ideia de que para um ganhar o outro precisa perder.*

Palavras chave: sociabilidade; movimento de moradia; trabalho social.

Abstract: *The objective of this article is to present reflections on social work in the contribution to the construction of sociability, based on the experiences of the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) and the narratives of Leila Bomfim (35 years) and Valter Silva (36 years). In the first moment, it is sought to present reflections on how the bourgeois ideologies present in society, expressed in labor relations and in the construction of Brazilian cities, contribute to the culture of individualism. In the second moment, the trajectories of the historical subjects that compose the unequal formation trajectories of the cities are indicated. Finally, it is sought to present as social work of the consultancy Ambiente Arquitetura, carried out by the social worker who can contribute to the political formation of the participants; stimulate critical thinking and stimulate collective action, disrupting the idea that for one to win the other needs to lose.*

Key-words: sociability; housing movement; social work.



1. INTRODUÇÃO: A UMM-SP, A PARTICIPAÇÃO POPULA E A CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLITICA HABITACIONAL.

A UMM-SP foi fundada em 1987, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelos direitos à moradia e cidade, pela reforma urbana e autogestão na produção habitacional. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões de ocupações e loteamentos. Para contribuir ao objetivo do estudo, foi considerado a metodologia da Historia Oral e as narrativas de Leila Bomfim da Silva e Valter Silva, participantes no movimento de moradia.

A reestruturação das cidades brasileiras, nos anos 1970, período da ditadura militar, com urbanização marcada pela periferização das cidades de médio e de grande porte, contribuiu para o crescimento de favelas, cortiços e todas as formas de habitação precária, ao lado da concentração de renda, e da negligência quanto às necessidades sociais. Na década de 1980, os recursos para habitação popular vinham do Banco Nacional de Habitação (BNH), mas pouco atenderam à população de baixa renda. As obras eram executadas por construtoras, sem a participação dos moradores nas decisões acerca de sua moradia. Kovarick, em *A Espoliação Urbana* (1993: 28), ressalta que, no pensamento elitista e autoritário brasileiro, “a política é considerada como algo especial e restrito a poucos”. A população não deve participar dos processos de decisão, já que não tem conhecimento para isso e, obviamente, “deve ser guiada por um minguado grupo de esclarecidos”. O cenário de reconstrução democrática no Brasil, pós-ditadura militar, fez surgir um modo de atuação dos movimentos sociais que combinou a luta direta com a negociação e atuação em espaços de participação. Registra-se, nos anos 1990, a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), importante espaço de articulação política de pautas e lutas, e de encontro entre lideranças, profissionais, pesquisadores e professores.

A partir de 2003, com o governo Lula, tem-se um novo momento político, para a política urbana, da implantação do Ministério das Cidades, reivindicação dos movimentos sociais e do FNRU. Além da adoção de novos marcos legais, como a aprovação do Plano Nacional e do Sistema Nacional de Habitação, em referência aos programas de Habitação de Interesse Social (HIS), em âmbito federal, foi lançado o programa Crédito Solidário, em 2005, conquista dos movimentos de moradia, por destinar recursos públicos para a provisão habitacional por autogestão. Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida e sua modalidade Entidades (PMCMV-E), destinada à população de baixa renda, organizada em associações. Além da possibilidade de gestão via movimentos, já disponível no programa Crédito Solidário, o PMCMV-E prevê a compra antecipada de terrenos e o recurso para o



trabalho social, consideravelmente superior ao programa anterior¹. Sua atuação começou na cidade de São Paulo e hoje há representação em âmbitos estadual e nacional².

A UMM-SP, na luta pela moradia, atua direcionada à construção por meio de mutirão autogerido; pela possibilidade de incidir nos modos de produção e no processo como um todo: indica o terreno e a demanda; decide sobre a organização do trabalho; faz a gestão da obra e do pessoal que trabalha; articula com o governo. A autogestão na área habitacional envolve o trabalho coletivo que democratiza as relações entre seus componentes, que é o sentido para essa forma de trabalho. A autogestão não é apenas a construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e melhor qualidade de vida. Este artigo se organiza a partir das narrativas de Leila da Silva Bomfim, participante da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste³, vinculada à UMM-SP. Leila participa do projeto Alexios Jafet⁴ e das atividades do trabalho social em HIS da Ambiente Arquitetura⁵.

A escolha pela metodologia de uma pesquisa acadêmica é fundamental à compreensão da realidade acerca da temática de estudo. A utilização da História Oral possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a memória pública. Porém, não é tarefa fácil para o pesquisador. “É uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes” (MARTINELLI, 2015:08).

Mills (2009: 22) destaca que o estudioso das ciências humanas deve utilizar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual. Para o autor, como um artesão, utiliza as influências de seu passado em trabalhos futuros, enaltece cada experiência em nível de reflexão, moldando também a si mesmo.

Uma resposta é que você deve organizar um arquivo [...]. Num arquivo como eu vou descrever, há uma combinação de experiência pessoal e atividades profissionais [...]. Nesse arquivo, você, como artesão, tentará reunir o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa.

¹ Os recursos para o trabalho social dos movimentos de moradia, em programas anteriores, eram escassos ou não existiam.

² A UMM-SP contribuiu para a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que se consolidou, em 1989. Hoje atinge 23 estados brasileiros e está articulada também à Central de Movimentos Populares (CMP) e movimentos internacionais.

³ Fundada em 1986, com objetivo de lutar por moradia digna, reforma urbana e direito à cidade. Contribuiu a criação da UMM-SP.

⁴ Está localizado no bairro do Jaraguá. É uma conquista da UMM-SP por meio de três movimentos que se organizaram para construir 1.104 unidades habitacionais em mutirão e autogestão; é o primeiro projeto nessa proporção e modalidade no Brasil. Os três movimentos envolvem um grupo de famílias que participa do projeto por meio da Associação dos trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste (400 famílias); Anjos da Paz da Vila Santista (404 famílias); Associação por Habitação com Dignidade (300). Iniciado em 2008, o contrato foi assinado com a Caixa Econômica Federal em 2010; no entanto, apenas em fevereiro de 2017 a obra foi iniciada. Atualmente, está em andamento, com previsão de término para o fim de 2019. Nesse tempo de espera para início da obra, a equipe da assessoria técnica Ambiente Arquitetura realizou trabalho social e de luta com os participantes.

⁵ Assessoria técnica fundada em 1992 presta serviços técnicos (de arquitetura, nas áreas social e jurídica) especificamente a movimentos de moradia em projetos de HIS com autogestão. Atua com a UMM em âmbito nacional. Faz parte da equipe do projeto de capacitação de lideranças financiado pela Fundação Ford.



Assim, este artigo é construído a partir da experiência pessoal e profissional da autora, além de sua inserção no espaço acadêmico. Nos espaços de atuação com trabalho social, dentre os participantes que vão morar no projeto Alexios Jafet, Leila e Valter destacam-se por apresentar em suas narrativas muitos elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos necessários aos processos autogestionários, e pode contribuir de forma rica para o presente estudo. A forma de entrevista, decidida tanto pela pesquisadora como pelos sujeitos da pesquisa, foi baseada na questão: Fale sobre sua trajetória. No decorrer do presente estudo, serão apresentadas as narrativas de Leila e Valter que revelam ser, a história deles é a história de muitos.

1. A SOCIABILIDADE BURGUESA É INDIVIDUALISTA

Os valores burgueses ocultam dos trabalhadores a realidade de que eles próprios são construtores e sujeitos da história e não apenas as figuras famosas (reis, rainhas, presidentes, etc.). A ideologia posta como exigência para o consumo de objetos acaba criando outras necessidades, e as próprias relações humanas também se tornam mercadorias, e “ao estabelecer mediações de valor com os objetos, subverte motivações e exigências morais que são incorporadas à lógica mercantil. A mercantilização da moral é reproduzida pelo indivíduo singular, no âmbito da vida cotidiana”.

Para Marx (2012), a relação do ser que vive em sociedade é diferente dos outros seres da natureza, pois o homem é construído histórica e dialeticamente. A moral é uma forma de consciência própria a cada momento do desenvolvimento da existência social.

O ser social expressa a consciência e todos os valores de uma sociedade, inclusive os morais, determinados por suas condições e necessidades econômicas. As normas são uma das formas de regular o comportamento social do homem. A sociedade capitalista não nega as desigualdades sociais, até porque são bastante visíveis e seria ingenuidade conduzir por esse caminho, mas a ideia é naturalizar essas situações. Para Chauí (1980: 5), “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social”. As pessoas são levadas a acreditar que as diferenças sociais decorrem do esforço e da capacidade individual. Fundamentadas nessa visão, naturalizam a existência de classes sociais e são levadas a aceitar as condições em que vivem sem pretender transformá-las, ou considerar as contradições sociais do meio em que estão inseridas.



1.1 A construção ideológica das cidades brasileiras: Cidade do trabalhador e a cidade do “patrão”

A lógica que organiza a construção das cidades coloca a terra como mercadoria, assim como as relações sociais e o trabalho são mercadorias. A ideologia que contribui para a exploração da classe trabalhadora e que coloca a propriedade como meio da “inclusão” do trabalhador na sociedade, é herança do período colonial, conforme destaca Martins (2013: 51):

Além da disponibilidade de terras, era necessária a abundância de mão de obra de trabalhadores dispostos a aceitar o mesmo trabalho que até então era feito pelo escravo. Trabalhar para vir a ser proprietário de terra foi a fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café.

No processo de exclusão dos trabalhadores do acesso à terra, as cidades e os bairros são divididos de forma desigual entre as classes sociais. O discurso ideológico transforma o problema da classe dominante em problema público, problemas da cidade, e coloca o espaço urbano no centro dessa produção ideológica. Assim, “passa a ser indispensável que seja identificado como ‘cidade’, aquela parte da cidade onde a classe dominante tem seus interesses, onde ela mora e circula. Trata-se de legislações de seu interesse, apresentadas como de interesses da cidade” (VILAÇA, 1986: 27).

O mercado reforça a lógica de valorização da terra. As áreas periféricas também são disputadas pelo mercado imobiliário e os trabalhadores seguem privados de seu direito à cidade e vivenciam o sacrifício diário para acessar serviços e trabalho. Raramente podem participar das decisões de organização das cidades. Ao mesmo tempo, são estimulados ao consumo, já que o acesso à cultura se dá por meio da televisão e também da Internet, que são repletos de publicidade, em que a lógica comercial prevalece e a cultura é vendida como produto. Considerando que a ideia de cidade é criação humana, é possível mudá-la a favor da classe trabalhadora. A população pode ter o controle do espaço urbano contribuindo na forma de planejá-lo. Nesse contexto, estão os trabalhadores, que têm as trajetórias diretamente ligadas à história da sociedade.

2. DIREITO DA CIDADE: LEILA BOMFIM E VALTER NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES SEM-TETO

Parte-se da concepção de que o cotidiano é a dinâmica social na qual a vida se produz e reproduz em todos os seus sentidos e dimensões e que seu ritmo e suas especificidades são determinados pelas transformações do ser humano, tendo em vista os



processos históricos que o constituem. Nas palavras de Heller (2008, p. 34), “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”.

Iniciamos com as narrativas de Leila Bomfim, que nasceu no bairro Jardim Maria Luiza, **zona sul** de São Paulo, onde morou até os 5 anos de idade, em casa cedida pela tia. Relatou que um dia seu pai, sem motivo aparente, reuniu-a com os irmãos e fugiu com eles de charrete pela cidade de São Paulo; no entanto, logo foram localizados pela mãe.

*Ela, cansada de ficar na casa do meu tio, aproveitou que meu pai estava fora a serviço, passou a mão⁶ na gente e foi embora para a casa do irmão dela em São Miguel [**zona leste**]. Ela atravessou a cidade com cinco crianças pequenas sendo eu a mais velha, com seis anos. Meu pai acabou nos achando, porém, minha mãe disse para ele que só sairia da casa dos meus tios se meu pai arrumasse uma casa para ela. Meu pai chegou com a grande notícia de que ele tinha arrumado uma casa e que iríamos nos mudar para a **zona norte** de São Paulo. (Leila, depoimento em 2018).*

A moradia deve ser compreendida como necessidade fundamental do ser humano e considerada para além da casa, ou seja, na sua inserção urbana; em um espaço com infraestrutura, com qualidade de serviços e equipamentos públicos. No contexto do capital, a moradia é considerada mercadoria, com vínculo de propriedade. Já para o trabalhador, a moradia é o espaço onde a vida acontece. É o abrigo, o lugar de descanso, vivências, alegrias e tristezas. Conforme destaca Valter (depoimento em 2018)

Eu tô na luta ai desde 2004, pela moradia, pela minha casa própria devido a muitos acontecimentos na minha vida. Quando eu era criança, morei minha infância inteira na vila Brasilândia. E lá o bairro ele é um bairro pobre, não tinha asfalto, não tinha água, não tinha luz, mas era um lugar feliz de morar porque a gente tinha quintal grande, a gente tinha criação de bichos, galinha, porcos e outras coisas. E eu era feliz, era feliz pra caramba! meu pai trabalhava, minha mãe ficava em casa com a gente.

Além da violência urbana e os deslocamentos em busca de condições melhores de sobrevivência, há ainda as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, que, historicamente, são vítimas de violência e preconceito.

O meu pai bebia muito e já não trabalhava. Quem sustentava os filhos e meu pai, era minha mãe. Quando o meu pai bebia, ele era muito violento tanto com minha mãe quanto com meus irmãos. Meu pai reproduzia o racismo, pois, mesmo ele sendo negro, tinha comportamento racista. Ele dizia para minha mãe que a família dele não gostava dela porque ela era negra demais para ele. Eu e o meu irmão caçula, ele sempre tratou bem, pois, dos sete filhos, nós dois éramos os mais claros. Na época, eu não entendia porque meu pai tratava tão mal meus irmãos. Conforme eu fui crescendo, fui percebendo que tudo que ele sofreu na infância com o racismo ele reproduzia na minha mãe e nos meus irmãos. (Leila, depoimento em 2018).

⁶ O termo “passar a mão” quando alguém leva uma pessoa, ou um objeto, para outra localidade, está presente na trajetória pessoal da pesquisadora, pois seus pais também o utilizavam. Nesse sentido, foi fácil a identificação do termo no relato de Leila.



Meu pai começou a tretar com minha mãe devido a ciúmes porque ela queria estudar e queria trabalhar, e foi doando partes do terreno que era nossa casa, deu pra um amigo, vendeu outro, pegava o dinheiro e ia pra Bahia, gastava, voltava e vendia outra parte. Até que chegou um dia que ele vendeu a casa com a gente dentro. É eu e mais cinco irmãos um total de seis, Ai teve um dia que o cara chegou com a surpresa que a gente tinha que sair porque o seu Manoel tinha vendido a casa. A gente falou:- E agora o que que fazer? (Valer, depoimento em 2018)

Nas narrativas, reproduz-se a lógica do preconceito, da opressão e da violência. Todos nós estamos sujeitos a essa reprodução, considerando que “as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. (MARX; ENGELS, 1999:72). Para Chauí (1996/1997: 117), é base para o preconceito, pois “quando o senso comum se cristaliza como modo de pensar e de sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceitos”. De um extremo ao outro, a população de baixa renda é obrigada a transitar, deixando, muitas vezes, para trás, os vínculos que constrói, seja de amizade, trabalho, família, etc. “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (HOLSTON, 2013: 197).

*Nós, morando na favela do Dionísia, veio a notícia que a prefeitura iria tirar todo mundo de lá e ia dar um apartamento para essas famílias. Ai minha mãe acabou vindo morar no Jaraguá, **zona noroeste**. Até então nós nem sabíamos o que era Jaraguá. Senti mais medo quando eu tive que sair da minha casa e fui morar na favela, pois, para mim, naquela época, era uma vergonha morar num barraco. Minha transição da favela para um apartamento no Jaraguá, eu senti mais, pois, como era longe, eu acabei ficando afastada da minha família. (Leila, depoimento em 2018).*

Leila faz uma reflexão acerca de seus sentimentos de medo e vergonha. Os setores da classe dominante sustentam a construção de representações sociais acerca das favelas e das pessoas que vivem ali, suscitando no imaginário social a ideia de que na favela residem os criminosos, malandros, a vagabundagem, enfim, um aparente contexto de desordem social. Também há o imaginário da população que mora nas favelas, como aquelas pessoas que usurpam os recursos públicos, por viverem em espaços na cidade que poderiam ter utilidades mais lucrativas. A narrativa indica a ideologia da culpabilização dos sujeitos. O indivíduo é responsável pelo fracasso ou a “conquista” de objetivos e sonhos, muitas vezes, relacionados ao consumo. O medo, colocado ao trabalhador que reside em ocupações irregulares, é aqui compreendido como o medo socialmente partilhado, embasado na cultura da classe dominante.

O fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de exercício de uma defesa que se processa entorno da questão da moradia. Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade. (KOWARICK, 1979: 91-92).



Leila indica possível mudança de opinião sobre “morar na favela”, quando apresenta tal situação em sua narrativa, e utiliza o verbo no passado - era -, quando fala do sentimento de vergonha. Valter apresenta em sua narrativa outro elemento da violência urbana ao destacar o quanto acredita ser importante a participação de seus dois filhos nos espaços do movimento de moradia:

Eu morava numa casa que só tinha um corredorzinho e a rua da frente era uma avenida movimentada e atrás tinha um escadão que era ponto de venda de droga, então minhas crianças ficavam em casa o dia inteiro, Ficava trancada o dia inteiro dentro de casa, era da escola pra casa ou quando chegava do trabalho para levar na praça para dar uma voltinha eu via muita que eu queria que eles não vissem né? Então quando a gente veio pra cá meus filhos teve a oportunidade de soltar pipa, andar descalço, a minha filha só vivia doente na outra casa, depois que ela veio pra cá que ela teve contato com a terra e com a natureza.

Observa-se nas narrativas de Valter e Leila que ambos demonstram compreender os processos que levam o trabalhador às condições de vulnerabilidade. Há presente a capacidade de ambos para reflexão a respeito da reprodução da violência e da possibilidade de mudança, o olhar crítica dos dois para a realidade é algo que só pode ser compreendido pela perspectiva do processo histórico.

2.1 Trajetória de Leila e Valter no movimento de moradia: A herança de luta

Devido à sua condição de trabalhadoras que passaram a vida em busca de um lugar na cidade para morar, as mães de Leila e Valter os estimulam para que tenha seu “teto”.

Minha mãe passando em um projeto do Movimento de Moradia, que é as casinhas do City⁷. Minha mãe perguntou por que o pessoal trabalhava em sistema de mutirão com autogestão. Ela perguntou para alguém lá como é que o pessoal fez para conseguir entrar naquele projeto. Aí eles falaram para minha mãe, que era através de inscrição lá na Barra Funda. (Leila, depoimento em 2018).

Eu tô desde de 2004 no movimento, participo desde as reuniões de bairro, desde quando minha mãe passou pro meu nome e falou: Oh, é pra você! agora você tem que tocar (Valter, depoimento em 2018).

Talvez pelo receio e pela reprodução de ideias que colocam os participantes dos movimentos sociais como criminosos e invasores, Leila e Valter inicialmente não acreditam nas ações do movimento dos sem-teto.

Minha mãe pegou e falou assim: Leila, eu falei com pessoal e eles falaram que tem inscrição e eu quero que você vá. Eu falei assim: “Eu não vou porque eu não acredito nisso” e minha mãe falou: “Você vai, porque você mora comigo, porque você mora no meu teto”, então, você vai porque um dia você tem que ter a sua casa. Aí, na época, eu até dei o endereço do meu serviço. Eu saía do serviço e ia para o grupo de base⁸ mais próximo do meu serviço, que era na Casa Verde. (Leila, depoimento em 2018).

⁷ City Jaraguá é um condomínio de casas localizado no bairro do Jaraguá. As unidades foram construídas pelo movimento do qual Leila participa com a assessoria técnica Ambiente Arquitetura.

⁸ Os grupos de base, conforme já destacado, são compostos de famílias do movimento.



No começo eu não acreditava não, aí comecei a ir para a manifestação, vê como é que as coisas andam, entender um pouco mais de política devido ao movimento, comecei a prestar atenção, mas no que acontece na cidade, no que acontece pela moradia, por exemplo CDHU, Cingapura, invasões, ocupações, eu comecei a entender um pouco mais disso, porque era uma coisa que não passava pela minha cabeça. Eu achava que quem invadia terreno, que ocupava terreno era por que queria ganhar alguma coisa em cima, não pela necessidade da casa própria. Aí eu comecei a prestar atenção e eu vi que São Paulo tem mais casa vazia do que a gente imagina e ninguém toma uma providência sobre isso, e se a gente entrar a gente leva uma borracha da polícia, e sei lá é mais ou menos isso aí. (Valter, depoimento em 2018).

O resultado positivo do movimento revela que é possível atender à população de baixa renda com moradias de qualidade e dignidade. Quando a população é esquecida pelo poder público, busca formas de participar da vida nas cidades, ao mesmo tempo em que cria e recria sua forma de habitar, como destaca Lefebvre (2008: 79): “o ser humano só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira”.

É uma importante conquista para os movimentos de moradia, a possibilidade de organizar e contribuir na formação política dos trabalhadores no processo de construção de moradias, no entanto, é uma tarefa árdua, visto que, para os trabalhadores, a conquista de uma moradia é um processo de longos anos.

Mas este processo demorou muitos anos, assim, eu no grupo de base, indo a reuniões. Quando eu fui para o grupo de base, eu tinha muita vergonha. Eu não falava para as pessoas que eu era do movimento de moradia. Eu não ia a atos e, se eu ia, eu ficava muito escondida. Eu não me manifestava muito. (Leila, depoimento em 2018).

Os movimentos sociais revelam as contradições do sistema capitalista e fazem o enfrentamento direto ao que está estabelecido. Nesse sentido, são criminalizados e seus participantes apontados como baderneiros, invasores e preguiçosos. Tal ideia é reproduzida pelos trabalhadores no contexto do senso comum. A organização dos movimentos de moradia favorece os processos de tomada de consciência, uma vez que fortalece a sociabilidade dos trabalhadores, o conhecimento e a cultura coletiva, além de possibilitar que as relações sejam mais humanas.

Aí, como foi passando os anos, eu fui tomando conhecimento, eu fui amadurecendo. Eu comecei a participar um pouquinho mais.. Eu comecei a participar, eu comecei a ajudar a coordenar e aí eu fui aprendendo a falar um pouco mais. (Leila, depoimento em 2018).

As vezes você tá com sede vem uma pessoa que você nem imagina e empresta o copo pra você beber água, as vezes te dá água, te dá as coisas, então tipo, essa união faz o diferencial do movimento de outras coisas de outros movimentos, porque além de a gente tá aprendendo a conviver um com o outro, aqui a gente tá aprendendo a ser um pouco mais humano, porque a gente se põe no lugar do outro, a gente vive a angústia do outro aqui. E é isso aí. Isso é uma das coisas que me fez acreditar aqui no movimento também (Valter depoimento em 2018).

Apresentam os espaços coletivos estimulados pelo movimento de moradia, como dimensão de identidade entre os trabalhadores e fortalecimento das potencialidades dos



envolvidos. A participação na construção e autogestão da moradia evidencia valores que desconstruem a ideia de relações humanas como coisa ou mercadoria. E contribui na desconstrução da ideia de que moradia é mercadoria.

Para ambos, a moradia não é um objeto sem vida, mas espaço de relações humanas com valores, como amizade, amor, união, companheirismo, que estimula a sociabilidade coletiva; e respeito às decisões dos trabalhadores sobre os temas que envolvem suas vidas. Destaca-se a solidariedade entre os trabalhadores que criam identidade de luta e afetividade entre si e compartilham a mesma realidade, no reconhecimento como classe. “A classe é definida pelos homens ao viver sua própria história e, ao final, é a única definição” (THOMPSON, 1984: 34).

Os valores coletivos e humanizados do movimento estão na consciência de Leila e são evidenciados quando narra sua trajetória, suas ações e na sua ideia de coletivo, de que não é possível fazer isso sozinha. Leila compreende o movimento como um espaço possível de luta por direitos, para além da questão da moradia. No seu relato, há elementos comumente destacados pelas lideranças e profissionais, durante a formação política com as famílias que participam dos projetos de HIS.

Uma obra deste porte, ela não afeta somente as famílias que vão morar ali, né? Ela afeta o bairro, ela afeta a cidade porque da noite para o dia haverá mil cento e quatro famílias morando lá dentro daquele bairro. E mil cento e quatro famílias, chutando por alto, vão dar umas cinco mil pessoas. Então, assim, afeta diretamente o bairro ali. Em nossa luta, ali dentro do projeto, a gente está aprendendo que não é uma luta só por moradia, a moradia é uma consequência. Então, assim, o movimento de moradia, ele ajuda para que a gente se conscientize e pense sempre no mais, então, a gente não vai querer só a moradia. A moradia vai sanar parte dos nossos problemas, porque depois de nós conseguirmos nossa moradia, nós vamos querer um transporte de qualidade que nos ajude a chegar em nossos serviços. Vamos querer ter uma educação de qualidade, nós vamos querer que tenha escola, faculdade, vamos querer algo que ajude na evolução. Na evolução mental, psicológica, em toda a evolução de nossos filhos, né. (Leila, depoimento em 2018).

Eu gosto do movimento, às vezes a gente briga a gente discute, mas a democracia é isso, acredito no movimento. Assim que terminar a minha casa eu vou continuar no movimento ainda. Eu não vou virar as costas não por que da mesma forma que a gente ta conseguindo tem outras pessoas que passam pela mesma situação que eu passei ou até pior. (Valter, depoimento em 2018).

As narrativas expressam a discussão realizada na formação política, que trata a moradia como a porta de entrada para conquistar os demais direitos. Assim, fica marcada a consciência de que há dificuldades impostas aos trabalhadores que têm seus direitos negligenciados e, como alternativa, indicam o caminho da luta. O espaço do movimento é uma escola de luta e que possibilita o repasse adiante da herança dessa atuação.

No cotidiano dos trabalhadores, a herança que se pode almejar é, muitas vezes, a possibilidade de obter um trabalho, a moradia e mudança da condição de vulnerabilidade, mas, no espaço do movimento, esses desejos se ampliam, não para a lógica do consumo, conforme já destacado, mas pelo projeto coletivo. Os processos vivenciados no movimento



possibilitam que a história de vida de um forneça elementos para a antecipação da luta do outro. No caso das famílias de Leila e Valter, há visivelmente o processo de herança de luta e construção de história:

Com a vinda do Gabriel, eu levo ele em todos os momentos do nosso projeto para ele crescer aprendendo qual foi a luta que nós tivemos. Quais foram as dificuldades que nós tivemos para conquistar o nosso sonho, o nosso projeto. Então, assim, ele já tem um pouco de noção, mesmo ele tendo cinco aninhos, do que é o projeto para nossa família. Ele sabe um pouquinho das dificuldades, porque não é fácil tirar ele da cama cedo em pleno final de semana e levar ele pra lá, para obra. Eu tento explicar para ele o quanto é importante essa participação lá dentro do projeto. O quanto é importante a participação das mil cento e quatro famílias ali dentro. Cada um ali dentro, tem uma representatividade muito forte. Cada pessoa, ali dentro, ela tem uma importância muito grande, é de total importância para que o projeto cresça, para que ele evolua. E as crianças lá dentro, elas tem a sua importância, elas também estão construindo a sua história. (Leila, depoimento em 2018).

E assim, eles têm uma noção do que é o movimento, por que todo final de semana eles conhecem as pessoas, vêm as pessoas no mutirão limpando, Eles eram doidos pra vir também pro mutirão pegar inchadas, as vezes eu não deixava devido à idade. Meu moleque entende esse negócio do social, melhorou até a parte da aprendizagem deles na escola, devido história, nem tudo que ele vê na tv ele acredita! Por causa disso ai, por que a gente começou a ter uma convivência com pessoas que tem ideias que eram diferentes das minhas. E aí nessa discussão de ideias a gente acaba criando um senso crítico, a gente começa a prestar atenção nas coisas (Valter, depoimento em 2018).

Os aprendizados de luta e dos valores que contribuem para a sociabilidade coletiva apreendida por Leila e Valter, agora são repassados para seus filhos, que, já vem compreendendo a importância da união em prol dos interesses coletivos

2.2 Trajetória dos sujeitos da pesquisa nos espaços de formação com trabalho social

Para um trabalhador social, é um desafio atuar com a construção de uma nova sociabilidade, ou até mesmo de resgatar os valores da classe trabalhadora, já que todos sofrem influências de processos históricos culturais e de discursos ideológicos burgueses. Nesse contexto, estão inseridos os assistentes sociais, que compõem a equipe social da assessoria técnica Ambiente Arquitetura. O trabalho⁹ é integrado com a equipe urbanística e deste modo, quando dizemos “equipe social”, estamos também nos referindo ao trabalho elaborado coletivamente. O trabalho da assessoria é pensando de forma a olhar para a realidade de forma crítica, as ações são alinhadas com os valores da classe trabalhadora. Defende-se o pensamento crítico como aquele que possibilita enxergar o real, para além daquilo que não está sendo mostrado. A equipe mantém o registro dos processos e das narrativas dos participantes nas atividades. Desse modo, para contribuir com a reflexão do

⁹ No movimento, há profissionais das áreas de psicologia, ciências sociais e pedagogia, que realizam trabalho social. Para o presente estudo, o foco está nos profissionais de Serviço Social, pois a equipe da assessoria técnica é composta de assistentes sociais.



artigo, apresentam-se as narrativas e reflexões de Leila e Valter, coletadas pela pesquisadora durante ações do trabalho social entre os anos de 2011 a 2018.

Em 2011, teve início o trabalho social com as famílias no projeto Alexios¹⁰. Uma das primeiras atividades da equipe social, foi o debate sobre o trabalho social na perspectiva de direitos e, portanto, relacionado a processos que contribuam para as mudanças sociais e o movimento, que é diferente do trabalho assistencialista, que atende o imediato, além disso, favorece os interesses da classe burguesa. Leila questiona: *“Eu não concordo. As pessoas não sabem fazer as coisas e sempre me pedem, por exemplo, daí eu faço tudo que eu posso para elas. Acho que o assistente social do movimento tem que fazer as coisas para ajudar as pessoas”*. (Leila, depoimento em 2018). Com o passar do tempo e no decorrer das atividades do trabalho social, no final do ano de 2011, Leila procurou a assistente social para revelar: *“(…) As pessoas não aprendem com trabalho assistencialista, né? Alguém vai lá, faz e acabou. Daí a pessoa não participa e não aprende e, sem aprender, não dá para mudar a mente”* (Leila, depoimento em 2018).

O aprendizado é um processo e, portanto, não é palpável e fácil de ser visualizado no dia a dia do trabalho. Muitas vezes, as narrativas trazem esses processos, e, portanto, são importantes também no cotidiano da atuação profissional.

Durante um ano, foi observado que os participantes não se manifestavam contra as colocações da coordenação do movimento. Ainda que a coordenação não os impeça, a ideologia de “permanecer calados” é muito difícil de ser desconstruída no imaginário dos trabalhadores.

No início de 2012, após uma atividade do trabalho social que tratou de “posicionamentos e neutralidade”, o grupo passou a debater as dificuldades de se organizar para construir a casa do caseiro no terreno do projeto. O debate durou horas, pois o grupo não conseguia chegar a um consenso, e Leila, então, dirigiu-se à coordenação: *“Ah, não serei mais neutra não, então vou falar: se não conseguimos nem nos organizar para levantar a casa do caseiro que é algo simples e de madeira, como faremos para levantar os prédios de treze andares?”*. (Leila, depoimento em 2012). Leila parece ter compreendido ainda mais que aquele é o espaço dela, bem como de todos os presentes. Parece ter compreendido que a lógica de existir um líder e ninguém falar nada contrário à posição dele, não cabe nos espaços do movimento. Avançando um pouco no tempo, em 2015, a equipe social realizou uma dinâmica com as famílias participantes para elaborar coletivamente uma linha do tempo, com as atividades já realizadas até então e como foi, para eles, o processo de aprendizado.

Quando o trabalho social começou, eu mal conseguia elaborar uma planilha, mas quase todas as atividades demandavam ter esse conhecimento. Eu consegui até

¹⁰ Na forma de organização do movimento de moradia, as famílias são divididas em grupos ou, como os participantes dizem, em “comissões”.



fazer umas fórmulas que facilitaram a vida e na convivência com a coordenação do movimento, com os profissionais da assessoria, agente financeiro e poder público, eu aprendi coisas que eu jamais teria se não tivesse participado de um processo assim. Hoje eu sei os termos técnicos, eu sei o que é um BDI, uma ART, um PTTS, medições e várias outras coisas que posso usar até fora do projeto. (Leila, depoimento em 2015)¹¹.

A narrativa indica que os aprendizados de Leila estão vinculados ao processo de troca com as outras pessoas. Desconstrói a ideia de que o trabalhador não é capaz de compreender “termos técnicos”¹² e de que a linguagem não deve ser tão técnica. A ideia de que é preciso ter uma linguagem menos rebuscada e com poucos termos técnicos para trabalhar com a população é uma forma de evitar que o trabalhador compreenda facilmente os próprios direitos. Nesse sentido, os assistentes sociais que atuam na assessoria técnica, utilizam os termos técnicos e explicam seu significado, contribuindo para o aprendizado e, principalmente, o enfrentamento das ideias contrárias à realidade dos trabalhadores. O profissional deve acreditar na capacidade de aprendizado das pessoas.

Em 2017, os profissionais utilizaram a imagem da pirâmide capitalista para ilustrar, aos participantes, as formas de poder e quem estava na base da pirâmide. Nesse processo, dentre outros debates, foi destacado que a ideia de haver comissões, não é construir pirâmides, ou seja, formar hierarquia entre as pessoas, ao contrário, é estimular ações que possibilitem processos igualitários, democráticos, de convivência coletiva e respeito ao outro. Também se buscou desconstruir a ideia de opressão aos que aprendem de formas diferentes das convencionais, por exemplo, do sistema de educação. Para esses profissionais, não há saber mais e saber menos, apenas saberes diferentes, que devem ser aproveitados e respeitados pelos atores desse processo. Acerca desta temática, destaca Valter (depoimento em 2017):

O trabalho social é super importante no projeto, porque além da gente não ficar só naquele negócio de mão na massa, trabalhar e construir. Com o trabalho social a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo a política, economia, o conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece e entre outras. É por exemplo essa semana eu tava lembrando com meus amigos aqui, um trabalho social que passou que foi muito importante que explicava sobre a pirâmide do capitalismo, de quem levava o maior peso, quem ficava com o peso do capitalismo que é nosso, os trabalhadores, é, a classe operária e aconteceu um fato engraçado que eu peguei e falei assim:

Nossa isso aqui tá igualzinho o que foi passado no social, a hierarquia tá lá em cima só colhendo os frutos e a gente tá aqui trabalhando e sem poder reclamar dos nossos direitos, devido a política que tá acontecendo no nosso país, a forma que tá sendo conduzida as coisas, então já é, foi uma das coisas que eu aprendi no social que no meu dia a dia eu vi eu lembrei e entre outras, né?

¹¹ Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) é um elemento orçamentário que possibilita ao profissional responsável pelos orçamentos da Construção Civil a organizar e compor o preço de venda adequado considerando os custos indiretos. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei 6.496/1977 e caracteriza legalmente os direitos e as obrigações entre profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado e contratantes de seus serviços técnicos, além de determinar a responsabilidade profissional. Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS).

¹² Um trabalhador participante no movimento de moradia comparece às reuniões em órgãos públicos, cartórios, ou com agentes financeiros. Nesses espaços, as falas são conforme as portarias e legislações criadas com termos complexos, de forma que chegam a ser incompreensíveis.



Obviamente Valter é sujeito de seu próprio processo, mas deve-se considerar que a análise crítica parte da ilustração e da contribuição do trabalho social, que busca fortalecer as ações coletivas, o olhar crítico e os tempos de aprendizado de cada participante.

Em 2018, durante reunião para avaliar o trabalho social com as comissões CAO, CRE e coordenação do movimento, uma das coordenadoras apontou que o trabalho da profissional não estava cumprindo sua função, uma vez que não realizava dinâmicas com o grupo de quatrocentas famílias, todas ao mesmo tempo. Além disso, indicou que o trabalho social tem a função de realizar dinâmicas que deixem as pessoas felizes. A colocação da coordenadora, ao mesmo tempo em que incorpora a imagem social da ideologia burguesa em relação ao assistente social, que realiza esse trabalho, revela a necessidade de que a profissional elabore, proponha e propague estratégias que possibilitem a desconstrução da imagem do “profissional assistencialista”. A equipe estimulou o grupo a refletir sobre a avaliação realizada, afinal, são espaços democráticos e de aprendizados, salientando a importância da opinião do grupo. Leila manifesta-se:

Eu acho assim, o que é importante, para nós, é o conteúdo. Não adianta nada fazer dinâmicas para deixar o povo feliz e o que realmente precisa ser dito e feito não é. Então, o trabalho social está cumprindo, em minha opinião, o papel dele, já que o conteúdo é bom e as pessoas estão entendendo e até praticando. Para mim tá ótimo e eu acho que, para as outras pessoas também, ao menos do grupo Verde¹³ sim, estão até fazendo mais perguntas. E assim, as famílias estão gostando do que está sendo levado. (Leila, depoimento em 2018).

Retratar o trabalho social como aquele que traz conteúdo e estimula os participantes a questionarem, já é um indício de mudança de perspectiva, em contraponto à imagem do profissional da ajuda. O trabalho social com o movimento promove as relações humanas, e tenta resgatar o que é tirado culturalmente. Resgatar a cultura de um pelo outro e não o individualismo. Assim, o assistente social contribui também para a formação política do movimento, ao trabalhar os interesses coletivos, em contraposição às ideias que transformam as relações em coisas.

NOTAS CONCLUSIVAS

São dois projetos em disputa: a) o da classe dominante, que necessita implantar a cultura do individualismo entre a classe trabalhadora todos os dias, bem como estimular o consumo e a propriedade privada, com vistas à manutenção da ordem vigente, transformando as relações humanas em coisas, em mercadoria, desvalorizando o trabalhador e colocando-o como incapaz de construir história; b) o dos trabalhadores

¹³ As quatrocentas famílias hoje são divididas em grupos nomeados por cores: Verde, Vermelho e Turquesa. Leila é responsável por acompanhar o grupo Verde, ainda que participe de tudo.



organizados nos movimentos de moradia, que propagam valores coletivos, humanos, de participação popular nas decisões, que intervêm na vida humana e reconhece no trabalhador o sujeito construtor de saberes e história.

De fato, a cultura do individualismo, na sociedade atual, deve ser considerada pelos trabalhadores sociais, também nos espaços de atuação. Não é novidade que, dentre as diversas formas de disputas incentivadas pela burguesia para dominar a classe trabalhadora, a cultura do individualismo vem sendo fortalecida. Por considerar que o esforço individual é incapaz de mudar a realidade, Leila valoriza, na narrativas a construção coletiva das decisões e o aprendizado conjunto dos participantes do movimento, em contraposição à cultura da competição, em que, para um ganhar, o outro tem que perder. Há o reconhecimento do trabalho social, da identidade dos grupos, da busca por conhecimento, e da união dos envolvidos para a conquista de direitos e interesses comuns.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **O que é a ideologia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Senso comum e transparência. In: LERNER, J. (Org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente, disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução de Claudio Carina; revisão técnica de Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINELLI, Maria Lucia. **A história oral: o exercício democrático da palavra**. Texto didático. São Paulo: PUC, 2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I- Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O leitor de Marx**. Org. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VILAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018